

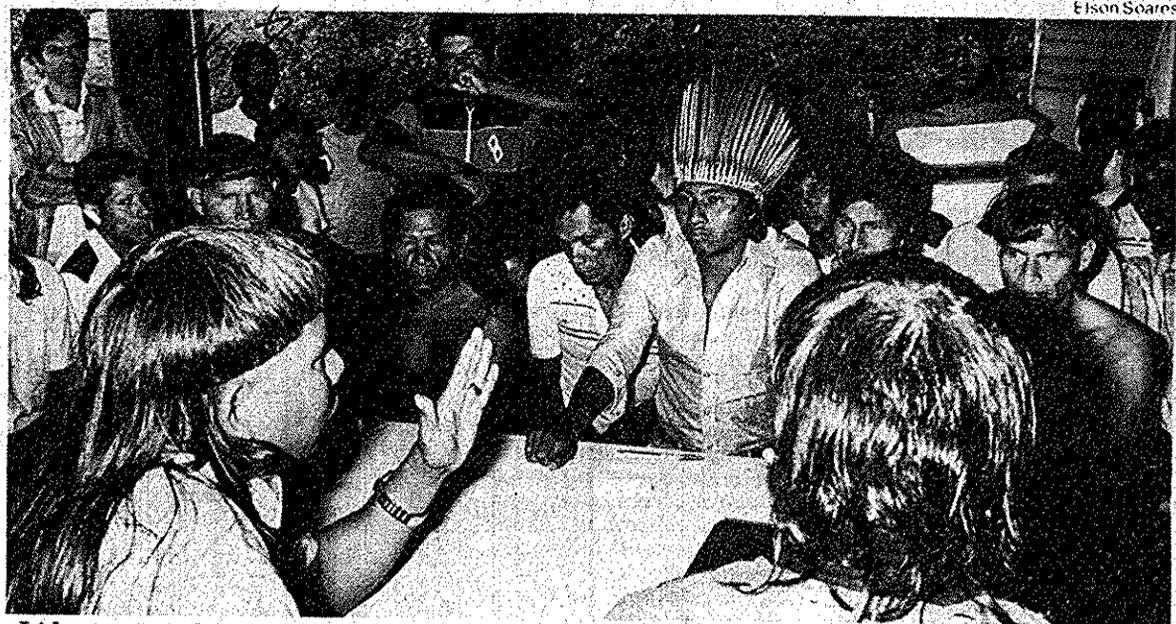
POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : *Jornal de Brasília*

CLASS. : 112

DATA : 14.01.85

PG. : _____



Lideranças indígenas decidem redigir documento reivindicatório para encaminhar a Tancredo

Índios preparam reivindicações

Várias lideranças indígenas, reunidas ontem aqui em Brasília com o deputado-cacique Mário Juruna (PDT-RJ), decidiram redigir documento que será encaminhado esta semana ao novo presidente da República, Tancredo Neves. Dele constarão reivindicações na área de saúde, educação e demarcação de terras, ponto fundamental para os silvícolas. Outro documento também está sendo elaborado pelos índios e que trata especificamente da questão dos Apinagê, do Norte de Goiás, em conflito com os brancos pela posse da terra, e do decreto da mineração que permite a entrada de empresas privadas em área indígena.

Os líderes queriam, ainda, solicitar ao atual presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), a demissão de alguns funcionários daquele órgão que "não estão desenvolvendo corretamente o seu papel", mas foram dissuadidos por Juruna. Ele ponderou que com a mudança de governo a alteração no quadro da fundação será natural e automático, não cabendo "criar mais um problema".

Em março, segundo Juruna, os índios vão solicitar a vinculação da Funai à presidência da República, antiga aspiração das comunidades silvícolas.

Cipriano Xavante informou,

que hoje ficará acertado o número de índios das diversas aldeias do país que se dirigirá ao Norte de Goiás, com o fim de dar apoio aos Apinagê, tendo em vista que os brancos invasores de suas terras estão se armando cada dia mais.

— Eu não tenho medo. Não tremo quando vejo arma apontada para mim, e assim é meu povo. Muitos pensam que índio bobo mas não é. Somos guerreiros e vamos ajudar nossos companheiros, acentuou o líder, sendo apoiado por todos os presentes.

Na ocasião o cacique Francisco Apinagê acentuou que todo seu grupo está "preparado para brigar e morrer".

Antropólogos repudiam o Decreto

O Decreto que permite a exploração de recursos minerais em áreas indígenas já foi consistentemente criticado do ponto de vista técnico. Basta lembrar a afirmação da Sociedade Brasileira de Geologia de que "tais riquezas não constituem reservas consideráveis ou indispensáveis à atividade mineral do país e só o imediatismo explica o afã com que o Decreto coloca as áreas indígenas à disposição das empresas de mineração". Basta lembrar, também, o risco de sobrevivência das sociedades indígenas diante da alteração na forma como utilizam os recursos naturais em suas sociedades, fato exaustivamente demonstrado pelos antropólogos.

A decisão sobre a utilização

das reservas minerais existentes nos territórios indígenas é, portanto, eminentemente política. Trata-se de uma opção entre formas conflitantes de conceber o que seja desenvolvimento. A exploração imediatista das riquezas nacionais não se constitui em forma exclusiva de desenvolvimento. O respeito ao direito dos indígenas de usufruir dos recursos naturais existentes em seus territórios, na forma e no tempo que considerarem mais conveniente, é, hoje, um fato constitutivo à definição de alternativas para o país.

Decisão política consequente seria a de preservação das riquezas naturais para que sua exploração possa ser feita, no futuro, segundo critérios de interesse

público. Não há maneira mais adequada para que isso ocorra do que deixá-los sob a proteção das sociedades indígenas. Cabe-lhes, pela legislação, o direito de usufruir dos recursos de seus territórios. Cabe-lhes, portanto, o direito de decidir o momento e a maneira através da qual essa utilização será feita.

Ademais, já é tempo do Estado perceber que, qualquer ação referente às sociedades indígenas deve obedecer a um princípio de diplomacia interna em substituição a uma prática colonialista.

Nesse sentido, a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, não poderia deixar de se posicionar, mais uma vez, a respeito dos direitos indígenas.